



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 13ª (DÉCIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 4ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 17(*dezessete*) dias do mês de setembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 13ª (*décima terceira*) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros Ivete Maurício de Lima, Michel André Bezerra Lima Gradvohl, Dalcília Bruno Soares, Fredy José Gomes de Albuquerque, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Fernando Augusto de Melo Falcão. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Helena Lúcia Bandeira Farias. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/5524/2017 – Auto de Infração: 1/2017.15291. Recorrente: COMERCIAL PLASTICAR LTDA Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões: 1. No mérito, por voto de desempate da Presidência, resolve a 4ª Câmara de Recursos Tributários negar provimento ao recurso interposto, confirmando a decisão condenatória proferida na instância singular, em conformidade com o primeiro voto discordante proferido pela Conselheira Francileite Cavalcante Furtado Remígio, em razão de entender que o contribuinte não apresentou prova cabal nos autos da importação no período da infração, dos produtos relacionados nos documentos fiscais nºs 161,164,165,166,169,170 e 173 (NCM 39219019). Quanto aos produtos relacionados nos documentos fiscais nº174, 163, 171, não há dúvida da sua tributação normal, em conformidade com o entendimento da douta Procuradoria

Geral do Estado manifestado em sessão. Foram votos vencidos o Conselheiro Relator, Fredy José Gomes de Albuquerque, e os conselheiros Ivete Maurício de Lima e Fernando Augusto de Melo Falcão, que votaram pela parcial procedência e pela manutenção somente das notas fiscais nº174, 163, 171. Ficando responsável por lavrar a resolução a Conselheira Francileite Cavalcante Furtado Remígio, por ser o 1º voto divergente. Estavam presentes para sustentação oral os representantes legais da autuada Dr. Carlos César Sousa Cintra e Dr. Thiago Linhares Mattos. **Processo de Recurso nº1/2552/2018– Auto de Infração: 1/2018.04991. Recorrente: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA Recorrido: RESIBRAS INDÚSTRIA DE CASTANHA LTDA. Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE MELO FALCÃO. Decisão:** Durante os debates, foi solicitado e concedido o pedido de vista do processo à Conselheira Ivete Maurício de Lima, com o objetivo de verificar se à época da infração a empresa era ou não credenciada para efeito do diferimento do imposto. **Processo de Recurso nº 1/2551/2018 – Auto de Infração: 1/2018.04891 Recorrente: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. Recorrido: RESIBRAS INDÚSTRIA DE CASTANHA LTDA. Relator: Conselheiro FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE. Decisão:** Durante os debates, foi solicitado e concedido o pedido de vista do processo à Conselheira Ivete Maurício de Lima, com o objetivo de verificar se à época da infração a empresa era ou não credenciada para efeito do diferimento do imposto. **Processo de Recurso nº 1/2267/2017 – Auto de Infração: 1/2016.27873. Recorrente: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA E ESPECIAL AUTO PEÇAS LTDA. Recorrido: AMBOS. Relator: Conselheiro FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE. Decisão:** Após realização dos debates, considerando o adiantado do horário, a Presidência decidiu sobrestar o processo, devendo retornar na primeira pauta desimpedida. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos. E para constar, eu, Helena Lúcia Bandeira Farias, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira  
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Helena Lúcia Bandeira Farias  
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA